

## ÍNDICE

ARTIGOS	19
PLR – CONSIDERAÇÕES SOBRE PLR- PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	
<i>Maria Isabel Tostes da Costa Bueno</i>	
<i>Gabriela Silva de Lemos</i>	21
ASPECTOS FISCAIS DA REMUNERAÇÃO DE SÓCIOS E ACIONISTAS	
<i>Alessandro Amadeu da Fonseca</i>	
<i>Roberta Bordini Prado</i>	
<i>Samuel Carvalho Gaudêncio</i>	27
1. Considerações iniciais	27
2. Distribuição de lucros e dividendos: conceito e tributação	27
3. Juros sobre capital próprio: conceito e tributação	30
4. Mudanças legislativas: projetos de lei nº 3007/2008 e nº 3091/2008	34
5. Conclusão	38
ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS REALIZADOS NO BRASIL POR MEIO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES	
<i>Andrea Bazzo Lauletta</i>	
<i>César Augusto Monteiro</i>	39
1. Introdução	39
2. O benefício de Imposto de Renda	41
2.1. Hipóteses legais de aplicação do benefício e respectivas alíquotas	42

2.2. Requisitos para a aplicação da isenção	45
3. Conclusão	50
CONSÓRCIO DE SOCIEDADES: ASPECTOS TRIBUTÁRIOS	
<i>Heber Gomes do Sacramento</i>	
<i>Juliana Bussade Monteiro de Barros</i>	53
1. Conceituação jurídica do consórcio	53
2. Considerações tributárias sobre o consórcio	56
2.1. Ausência de personalidade jurídica tributária	56
2.2. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ	57
2.3. Faturamento	57
2.4. Livros e escrituração	58
2.5. Contratação de serviços	59
3. Práticas reiteradas como fonte do direito tributário e a IN 834/08	60
JURISDIÇÃO DE TRIBUTAÇÃO FAVORECIDA (TAX HAVENS)	
PARÂMETROS DE IDENTIFICAÇÃO E IMPLICAÇÕES DECORRENTES DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 11.727/08	
<i>Priscila Farisco Rocha Leite</i>	
<i>José Mauricio Carvalho Abreu</i>	
<i>Marcos de Almeida Pinto</i>	65
1. Parâmetros internacionais para identificação de JTF- Regras da OCDE	67
2. JTF na legislação brasileira - Histórico legislativo e parâmetros atuais	68
3. Operações estruturadas por meio de LLCs (Delaware)	72
4. Conclusões	74

PERSPECTIVAS DE APROVEITAMENTO DO ÁGIO FACE  
ÁS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 11.638/2007

*Antonio Carlos Marchetti Guzman*

<i>Estevão Gross Neto</i>	75
1. Introdução	75
2. Aspectos gerais do ágio	76
3. Evolução da legislação do ágio	78
4. Inovações da Lei nº 11.638/07 relacionadas ao ágio	82
5. Implicações da Lei nº 11.638/07 no âmbito tributário	83
6. Conclusões	87

BONIFICAÇÕES INCONDICIONAIS- EXCLUSÃO DA BASE DE  
CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO AO PIS E DA COFINS -  
EMPRESAS OPTANTES POR REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO

*Livia Balbino Fonseca Silva*

*Luciana Vilardi Vieira de Souza Mifano*

<i>Bruno Maciel dos Santos</i>	89
1. Introdução	89
2. Da materialidade da Contribuição ao PIS e da COFINS	90
3. Bonificações incondicionais	93
4. A base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS e o Regime Especial previsto pelo artigo 52 da lei nº 10.833/03	95
5. Conclusões	100

A NÃO HOMOLOGAÇÃO DAS COMPENSAÇÕES E O DIREITO DO  
CONTRIBUINTE DE PERCORRER A ESFERA ADMINISTRATIVA

*João Marcos Colussi*

<i>Alessandra Bittencourt de Gomensoro</i>	101
1. Breve evolução legislativa- compensação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal	101

2. Não homologação da compensação efetuada pelo contribuinte - cabimento da manifestação de inconformidade	103
3. Do entendimento manifestado pelo Poder Judiciário acerca da questão	108
4. Da Análise da questão pelos Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda	111
5. Conclusão	112

## A SISTEMÁTICA DOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA E O ENTENDIMENTO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

*Ana Paula Schincariol Lui*

*Rodrigo de Freitas*

*Lia Barsi Drezza*

113

1. Aspectos Gerais sobre a Sistemática dos Preços de Transferência	113
2. Dos Métodos decorrentes da Sistemática dos Preços de Transferência	117
3. Dos principais temas discutidos no Conselho de Contribuintes	119
3.1. Da escolha e aplicação dos métodos pela fiscalização e da necessidade de se utilizar preços independentes comparados do mesmo período base	119
3.2. PRL na Importação de Insumos utilizados na produção de outros bens	121
3.3. PIC – Meios Hábeis de Comparação	124
4. Conclusões	127

## SÚMULA VINCULANTE Nº 10- ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS PRINCÍPIOS QUE NORTEARAM A PROMULGAÇÃO DA EC 45/04

*Flavio Mifano*

*Paula Beatriz Loureiro Pires*

*Pedro Guilherme Modenese Casquet*

129

1. Introdução	129
2. A Súmula Vinculante	130
3. O princípio da reserva de plenário e a formação da súmula vinculante nº 10	134
4. Emenda Constitucional nº 45/2004 x súmula vinculante nº 10	138
5. Conclusão	143

## AÇÃO RESCISÓRIA E ALTERAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ: O PANORAMA ATUAL

*Marcos Joaquim Gonçalves Alves*

*Rodolfo Tsunetaka Tamanaha*

*Juliana Cavalcanti de Melo*

145

1. Ação Rescisória	145
1.1. Introdução	145
1.2. Cabimento da Ação Rescisória	147
1.2.1. Natureza Jurídica	147
1.3. Violação literal de lei e alteração de jurisprudência	148
2. A estabilidade dos julgados e o papel dos Tribunais Superiores na formação da jurisprudência	151
2.1. STF: Guardião da Constituição Federal	153
2.2. Função institucional do STJ	157
3. Conclusões	159

## IMPORTAÇÃO DE MERCADORIA NA MODALIDADE "POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO" E A DISCUSSÃO ACERCA DO SUJEITO ATIVO DO ICMS

*Fabiana Heitmann Taunay Ferreira*

*Nathalia de Oliveira Campos da Paz Maia*

161

1. Considerações Iniciais	161
2. Da previsão constitucional e da lei complementar	162
3. Das manifestações do STF	166
3.1. Do julgamento do RE nº 268.586-1/SP	168



4. Da Análise em face das particularidades da importação indireta na modalidade por conta e ordem de terceiro	172
5. Considerações finais	176

## A INSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA E O SEU IMPACTO NA VIDA FISCAL DAS EMPRESAS

*Renata Correia Cubas*

*Leonardo Fabrício Gomes da Silva*

*Ricardo Vieira Landi* 177

1. Introdução	177
2. Da nota Fiscal eletrônica	177
3. Do uso da NF-e nos fluxos produtivos e comerciais e seus possíveis impactos	181
4. Conclusões	186

## A PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL EM CURSO NO CONGRESSO NACIONAL

*Gláucia Maria Lauletta Frascino* 189

## MEMORANDOS

05/11/2007- Contribuição ao Pis e Cofins sobre frete Solução de Divergência n.º 11, de 27.09.2007	197
21/11/2007- Fator acidentário de prevenção – Fap: novo decreto	199
11/12/2007 - FAP – Portaria n.º 457 de 23.11.2007	200
13/12/2007 - PAT – Portaria n.º 34/2007	202
17/12/2007 - Efeitos tributários para as associadas das bolsas em virtude da desmutualização dessas entidades	203
18/12/2007 - PIS/COFINS – Creditamento sobre a aquisição de bens tributados no regime monofásico	205

28/12/2007 - IOF - Novo regulamento - Decreto n.º 6.306 prestação de informações por instituições financeiras - Instrução Normativa RFB n.º 802	206
04/01/2008 - Nova tabela de incidência - Contribuição previdenciária de empregados	210
06/01/2008 - Decreto n.º 6.339 - IOF	211
10/01/2008 - IOF/ Decreto n.º 6.339/2008 - Vigência e Eficácia da Norma	215
11/01/2008 - Inconstitucionalidade da elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro de 9% para 15%	216
17/01/2008 - Decadência aplicável às contribuições sociais-revisão de parcelamentos	219
17/01/2008- ICMS - Substituição Tributária - Decreto Estadual SP n.º 52.364/07. Produtos: Bebidas Alcoólicas, Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Medicamentos	220
24/01/2008- Portaria do Ministro de Estado da Integração n.º 2.091 - A - Regulamento dos Incentivos Fiscais da SUDAM e SUDENE	223
06/03/2008- Imposto de Renda Pessoa Física - Disposições sobre o assunto	225
06/03/2008 - PEC n.º 233/2008 - Reforma Tributária	230
17/03/2008- Novas Regras do IOF	232
03/04/2008 - Consórcios - IN RFB n.º 834/2008 - Da Omissão Normativa Acerca dos Consórcios	237
04/04/2008 - Reforma Tributária - continuação do debate no âmbito da CNI	241

30/05/2008 - Imposto sobre operações financeiras (IOF) - Recentes alterações	245
12/06/2008 - Inconstitucionalidade da majoração da alíquota de 3% da COFINS (artigo 8º, da Lei n.º 9.718/1998) - Novos argumentos - Repercussão Geral	247
16/06/2008 - Declaração de Inconstitucionalidade do Prazo Decadencial de 10 anos	248
19/06/2008 - Contribuição ao SAT - Súmula 351 do Superior Tribunal de Justiça	249
27/06/2008 - Inovação da Lei 11.727/08	250
02/07/2008 - Países de Tributação Favorecida - Enquadramento	255
15/07/2008 - Inconstitucionalidade da limitação ao aproveitamento de créditos escriturais de PIS/COFINS aos bens adquiridos antes de 30.04.2004	259
16/07/2008 - Modulação dos Efeitos da Decisão no Tempo	260
23/07/2008 - Inconstitucionalidade da Majoração da Alíquota de 3% Da COFINS (Artigo 8º, da Lei N.º 9.718/98) - Instituições Financeiras e Equiparadas	261